

**I CONGRESSO
LUSO BRASILEIRO
DE NUMISMÁTICA**

**V CONGRESSO NACIONAL
DE NUMISMÁTICA**

PORTO

8 a 10 de Março

SANTARÉM

11 e 12 de Março

ACTAS

LISBOA — 2000

Ficha técnica:

Editor:

Francisco António Costa Magro

Edição:

Associação Numismática de Portugal

Execução técnica:

GRÁFICA EUROPAM, LDA.
Mira Sintra – Mem Martins

Depósito legal n.º 154201/00

Junho de 2000

ACHADOS NUMISMÁTICOS EM LECEIA (OEIRAS) — SEU CONTRIBUTO PARA O CONHECIMENTO DA HISTÓRIA LOCAL

João Luís Cardoso*
Francisco Magro**

RESUMO

No decurso das escavações efectuadas no povoado pré-histórico de Leceia, situado no concelho de Oeiras, Freguesia de Barcarena, iniciadas em 1983 e dirigidas por um de nós (J. L. C.), recolheram-se diversos numismas e um selo de chumbo, que serão objecto deste estudo. Trata-se de um conjunto de ceitis dos reinados de D. Afonso V e de D. Manuel I e de um exemplar de cada uma das seguintes espécies: dinheiro de D. Diniz; três reais de cobre, de D. João III (?); seis vinténs de prata de D. João V; e oito maravedis de Filipe IV de Espanha, segundo a classificação efectuada pelo outro dos signatários (F. M.).

A recolha destes exemplares foi efectuada em zona adjacente a caminho de origem muito antiga, que atravessava diagonalmente a área escavada, anteriormente ocupada pelo povoado pré-histórico. Tal caminho, cujo piso era de terra batida, correspondia, em áreas limitadas, às próprias bancadas calcárias cretácicas, que constituem o substrato geológico local e encontrava-se em parte delimitado por grandes blocos não aparelhados, reutilizados das murallhas da própria fortificação calcolítica.

O conjunto numismático reunido vem contribuir, ainda que com evidentes limitações, para o conhecimento da circulação monetária em meio rural, com base em materiais circunstancialmente perdidos por

* Academia Portuguesa da História, Universidade Aberta e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras — Câmara Municipal de Oeiras.

** Academia Portuguesa da História e Associação Numismática de Portugal.

viandantes de e para Leceia de Baixo, pequena povoação actualmente ligada a Leceia de Cima mas que, até ao século XIX, justificava ligação directa à importante vila de Barcarena, a cerca de 800 m de distância, a qual era então assegurada pelo referido caminho.

1 — INTRODUÇÃO

No decurso das escavações realizadas em continuidade desde 1983 no povoado pré-histórico fortificado de Leceia (concelho de Oeiras), têm sido recolhidos diversos materiais medievais, modernos e mesmo contemporâneos, na camada superficial da sequência estratigráfica definida na estação (CARDOSO, 1994, 2000). Entre tais materiais, avultam os numismas dados agora a conhecer, recolhidos nas imediações e no subsolo do próprio piso de caminho antigo, que atravessava obliquamente a zona primitivamente ocupada pelo povoado pré-histórico (Fig. 1).

Tal caminho, na zona correspondente à implantação da estação arqueológica, desenvolvia-se na direcção aproximada Norte-Sul, inflectindo depois, provavelmente, para Este. O seu piso aproveitou pontualmente as bancadas de calcários duros recifais do Cretácico, que por vezes afloram; porém, na sua maior parte, era constituído por terra batida, a qual assentava directamente em zona pedregosa, correspondente a fase de derrube das estruturas calcolíticas subjacentes: tal é a conclusão deduzida de um corte vertical, executado transversalmente ao respectivo eixo na campanha de escavações de 1997 (Fig. 2). De ambos os lados, o caminho encontrava-se delimitado por grandes blocos calcários não aparelhados, actualmente apenas conservados em sector limitado do antigo traçado, marginal à área escavada, mas que provavelmente se dispunham em continuidade, de ambos os lados. Os cortes verticais executados em lados opostos, onde tais alinhamentos ainda se observavam, mostraram que a sua fundação assentava em camada terrosa (solo arável), directamente assente na camada pedregosa supra referida, formada à custa dos derrubes da fortificação calcolítica (Fig. 3 e 4). No referido sector a largura da via assim definida atingia cerca de 2,5 m (Fig. 5).

O respectivo traçado mostra que este caminho se destinava a unir o pequeno aglomerado de Leceia de Baixo à importante vila de Barcarena; com efeito, a primeira das referidas povoações, ainda se apresenta isolada

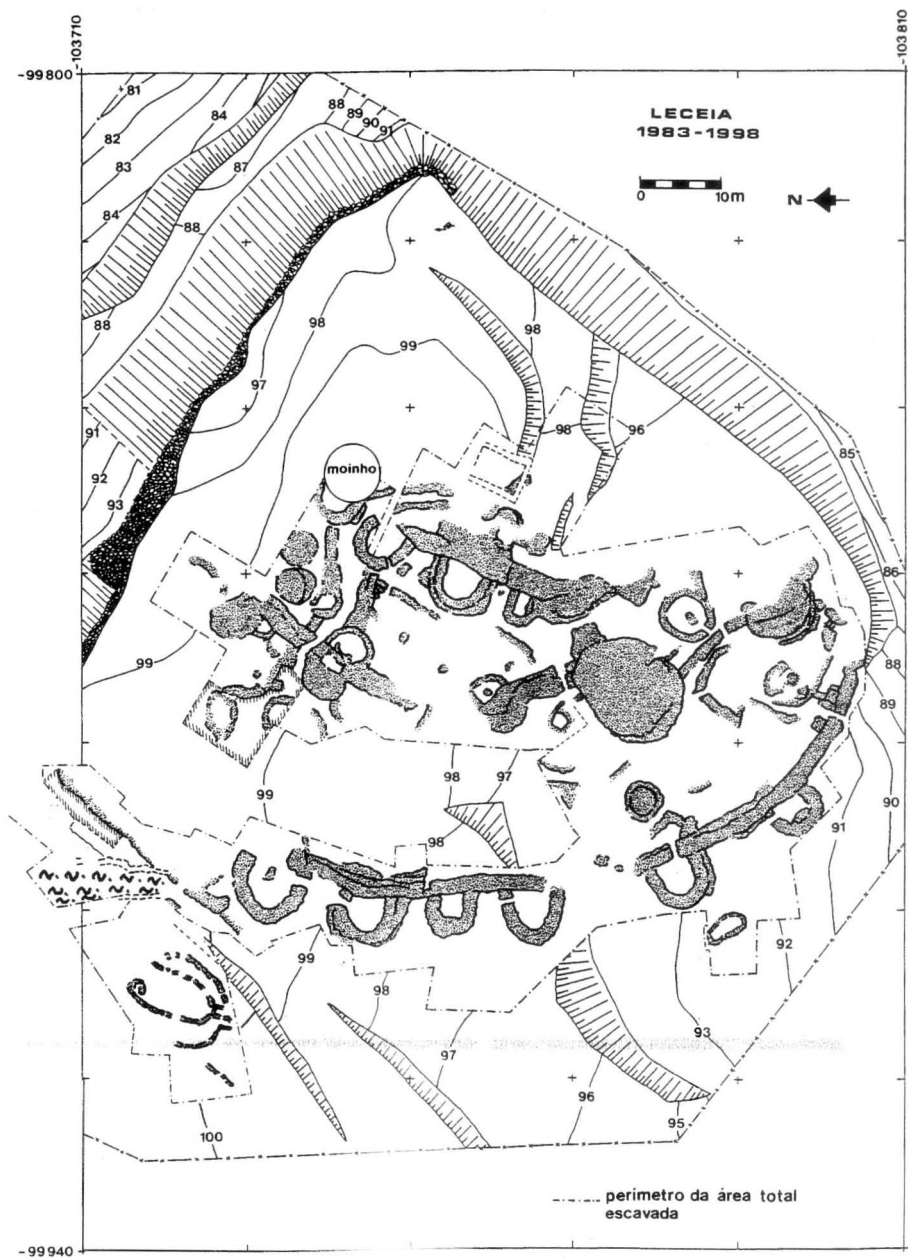


Fig. 1 — Planta geral esquemática do povoado pré-histórico fortificado de Leceia, com indicação, a (N. N) da zona dos achados.



Fig. 2 — Corte estratigráfico, transversal ao eixo do antigo caminho, ao longo do qual se recolheram os numismas estudados. (Foto de J. L. Cardoso).



Fig. 3 — Pormenor da fundação dos grandes blocos que marginam do lado nascente o troço melhor conservado do caminho. Na base, camada pedregosa correspondente ao colapso da fortificação calcolítica. (Foto de J. L. Cardoso).



Fig. 4 — Ao centro, pormenor de fundação dos blocos que marginam do lado poente o troço melhor conservado do caminho. Em primeiro plano, observa-se a camada pedregosa contínua, correspondente ao colapso da fortificação calcolítica.
(Foto de J. L. Cardoso).



Fig. 5 — Vista parcial do troço melhor conservado do caminho, delimitado de ambos os lados por grandes blocos calcários não aparelhados. (Foto de J. L. Cardoso).

da de Leceia de Cima em 1878, como se verifica em planta publicada por Carlos Ribeiro (RIBEIRO, 1878); o referido caminho era ainda utilizado em inícios da década de 1980 (Fig. 6).

Por se tratar de conjunto numismático numeroso e variado, cujas condições de ocorrência se apresentam bem conhecidas, resultantes de intervenção arqueológica reveladora das características peculiares do achado, crê-se que a sua publicação se justifica, até por contribuir, de algum modo, para o conhecimento da ocupação humana antiga da zona rural dos arredores de Lisboa, bem como da circulação monetária assegurada pelos respectivos habitantes.

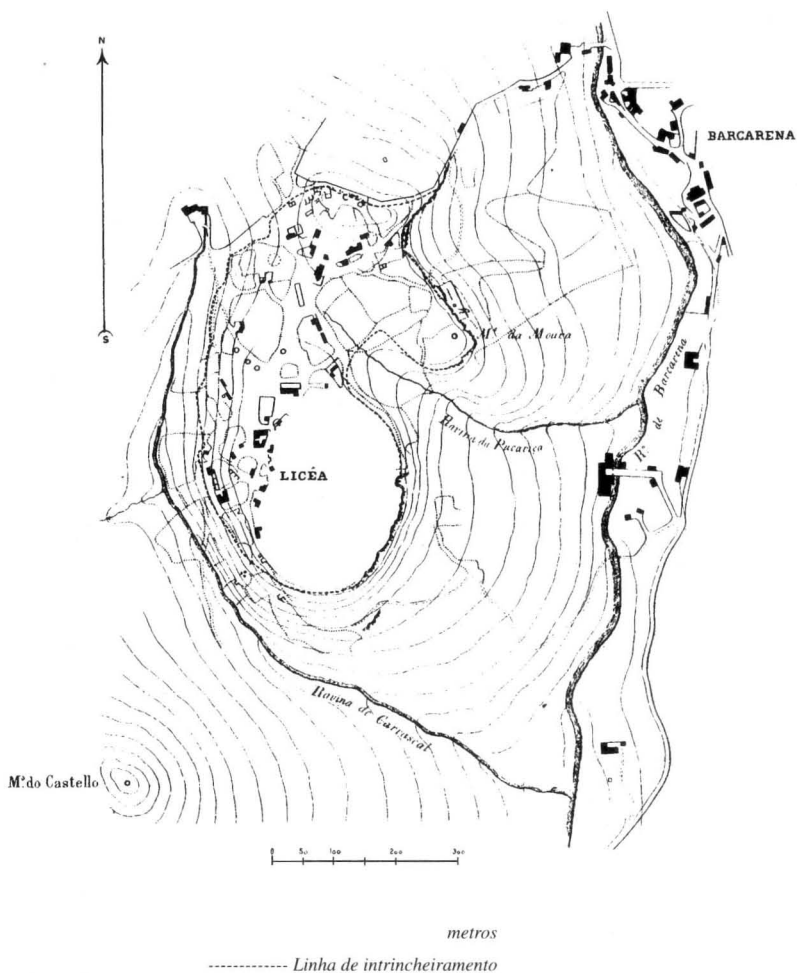


Fig. 6 — Panta publicada por Carlos Ribeiro, 1878.

2 — CONTEXTO GEOGRÁFICO, ARQUEOLÓGICO E HISTÓRICO

O povoado pré-histórico de Leceia implanta-se em esporão rochoso, constituído por calcários duros, de origem recifal, do Cretácico Inferior, debruçado sobre o fértil vale da ribeira de Barcarena, que domina do alto da sua encosta direita (Fig. 7). Dista cerca de 4km em linha recta da embocadura da referida linha de água com o estuário do Tejo, que se observa ao longe. Foram as excepcionais condições de defesa oferecidas pela plataforma rochosa — reforçadas pela existência, dos lados oriental e meridional de um escarpa rochosa que atinge cerca de 10 m de altura — que determinaram a escolha de tal lugar pelas sucessivas comunidades pré-históricas que o ocuparam em continuidade ou quase, durante mais de mil anos, entre os finais do IV milénio AC e os finais do milénio seguinte (CARDOSO, 1994, 2000).

Em época histórica, à referida plataforma, exposta aos ventos canalizados pelo vale da ribeira de Barcarena, com dominância dos de Norte, desde cedo foi atribuída especiais aptidões para a implantação de moinhos de vento. Com efeito, testemunhos de dois deles ainda hoje subsistem no local: o melhor conservado corresponde a construção de pequenas dimensões (diâmetro externo de cerca de 5 m), de grossas paredes e assente no substrato geológico; a data de 1707, inscrita na verga da porta, poderá atribuir-se à da construção, eventualmente substituindo moinho mais antigo, cujos vestígios, porém, não se vislumbram. Mais perto da extremidade rochosa da plataforma, identificaram-se restos de um segundo moinho, arrasado até os alicerces em época recuada: com efeito, desenho da escarpa publicado em 1878 por Carlos Ribeiro (RIBEIRO, 1878) representa apenas o primeiro destes dois moinhos, já em ruínas, mas não o segundo, entretando totalmente desaparecido. A causa de tão evidente destruição pode reportar-se à instalação de pedreiras no próprio local, especialmente no decurso da segunda metade do século XVIII, relacionadas com a extracção de calcários para a reconstrução de Lisboa, depois do terramoto de 1 de Novembro de 1755, cujos vestígios ainda hoje se podem observar no local. Muito mais evidentes são os testemunhos das célebres e bem conhecidas pedreiras de Leceia, situadas cerca de 500 m para Sul, actualmente conhecidas pelas “furnas”, devido ao processo de extracção dos grandes blocos calcários ter recorrido a galerias, ainda hoje bem conservadas.

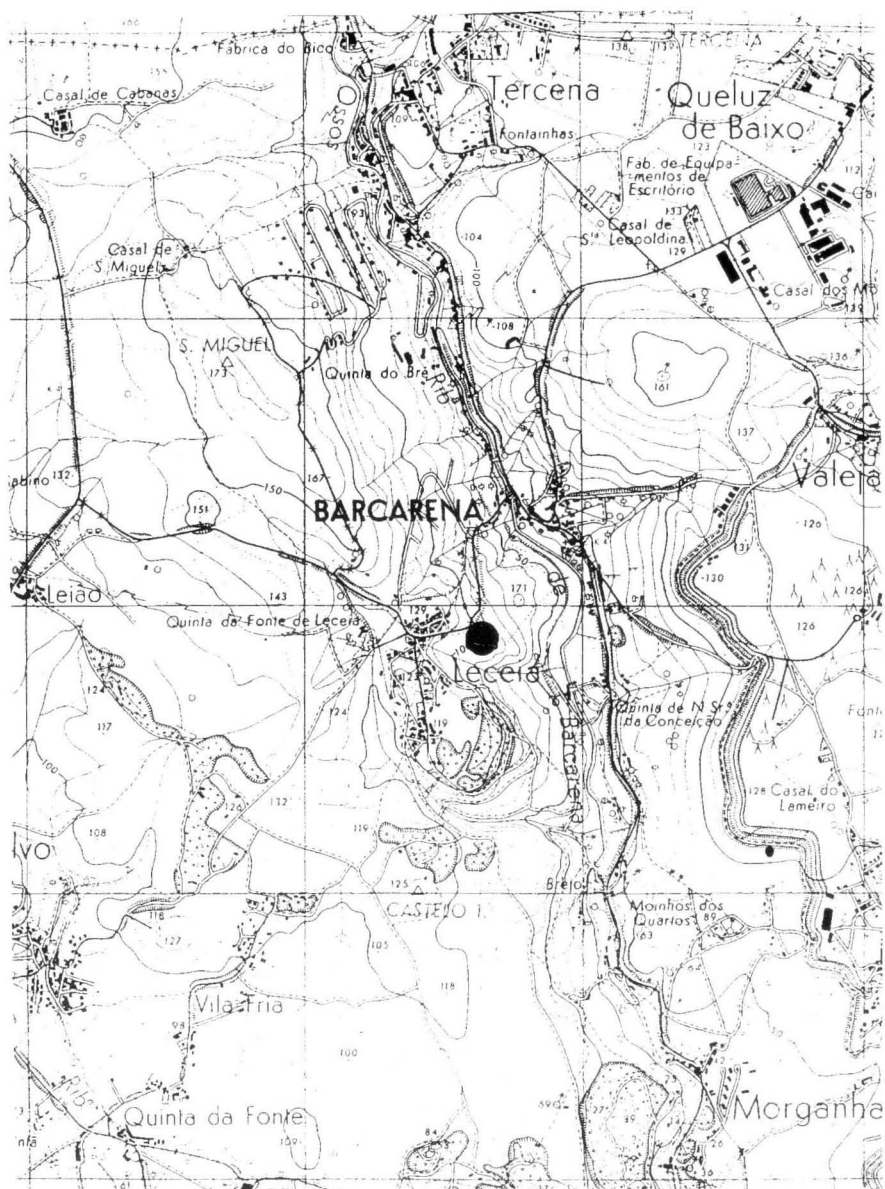


Fig. 7 — Implantação do povoado pré-histórico de Leceia, um esporão rochoso calcário debruçado sobre o vale da ribeira de Barcarena. Extracto da Carta Militar de Portugal, Folha 430 (Oeiras) na escala de 1/25 000. Lisboa, Serviços Cartográficos do Exército, 1970.

Tendo em conta o que se disse, é admissível que, do referido caminho, partisse um outro, destinado a servir os dois moinhos referidos, distanciados entre si de cerca de quarenta metros e, mais tarde, para serventia da pedreira que ali se instalou: ainda hoje se pode observar, em zona adjacente ao moinho conservado pequena construção rectangular correspondente a oficina relacionada com a exploração dos calcários. Sem dúvida que esta actividade terá sido responsável pelo declínio da exploração agrícola da plataforma e zonas adjacentes, apenas recuperada aquando do seu abandono, ocorrido provavelmente no início do século XIX. Porém, a antiguidade da presença humana em tempos históricos do termo de Leceia é muito mais recuada; encontra-se comprovada, entre outros, pelos seguintes documentos:

- 1 — 1253, Setembro. Carta de doação de cinco oliveiras no lugar de Leceia (termo de Lisboa). Doadores: Martinho Joanes Caluchi e sua mulher Gontina Peres. Donatário: Mosteiro de S. Vicente de Lisboa. A.N.T.T., S. Vicente, m. 3, n.º 15.
- 2 — 1326, Março, 5. Carta de escambo entre João António, cónego do Mosteiro de S. Vicente de Fora, em nome deste e Pero Anes, Cónego da Sé de Lisboa, de uma coirela de uma almoinha, com seu canavial e casas, que o Mosteiro possuía em Leceia, termo de Lisboa, por uns olivais que Pero Anes tinha em Gasarbajar. Neste documento transcreve-se a carta em que o Prior e o Convento do Mosteiro de S. Vicente de Fora concedem autorização ao dito João António para poder efectuar o escambo. Esta carta está datada de 1326, Fevereiro, 27. A.N.T.T., S. Vicente, m. 7, n.º 16.
- 3 — 1376, Agosto, 10. Carta de empraçamento, em vidas, de um casal na Idanha, e um olival em Leceia, ambos no termo de Lisboa, pela renda annual de 20 libras de dinheiros portugueses, pagos no dia de natal e a dízima para a capela do dito Mosteiro. A. N. T. T., S. Vicente, m. 14, n.º 13.

O interesse agrícola do termo de Leceia, bem evidenciado pelos documentos supra referidos, era acompanhado pelo valor dos recursos cinegéticos e silvícolas da área em causa: disso é prova o seguinte documento (referido por NEVES, 1982):

4 — 1462, Setembro, 10 – Carta do Monteiro da Mata de Leceia a Pedro Coelho. A. N. T. T. Chancelaria de D. Afonso V, Livro 1, fl. 67, v.

Os documentos acima referidos mostram que a ocupação humana efectiva do sítio e termo de Leceia era uma realidade pelo menos desde meados do século XIII, acentuando-se, como seria de esperar, nos séculos seguintes. Tal evidência encontra-se espelhada no conjunto numismático recolhido, cuja caracterização se passa a apresentar.

3 — ESTUDO NUMISMÁTICO

3.1 — Dinheiro de D. Diniz (Figs. 8 e 9)



Anverso e reverso (ampliada 2 ×)

Foram os dinheiros a moeda corrente durante toda a I Dinastia, começando com bom teor de prata com D. Afonso Henriques e terminando como moeda de cobre no reinado de D. Fernando. Foram pois moeda popular durante cerca de 250 anos.

O exemplar em apreço é de D. Diniz, provavelmente da segunda metade do reinado, dado apresentar já o número de besantes estabilizado — cinco — e dispostos em aspa. Deste modo, a sua cunhagem pode situar-se entre 1300 e 1325.

Trata-se de variante não catalogada em GOMES (1996).

3.2 — Ceitis

Os ceitis foram as moedas mais frequentes ao longo da II Dinastia; as primeiras emissões são de D. Afonso V e as últimas de D. Sebastião, correspondentes a lapso temporal de cerca de 120 anos. Caracterizam-se,

salvo uma exceção, por possuírem numa das faces três torres dentro de um recinto murado e na outra o escudo de armas de Portugal. O conjunto em apreço possui exemplares dos reinados de D. Afonso V e de D. Manuel I, os quais foram classificados de acordo com MAGRO (1986).

D. Afonso V

- 1 — Ex. F. M. 1.2.10 (Fig. 10). Cunhado no 2.º Semestre de 1448 ou no 1.º Semestre de 1449.
- 2 — Ex. F. M. 6.3.2 (Fig. 11). Cunhado no ano de 1457.
- 3 — Ex. 6.4.9. Cunhado no ano de 1457.
- 4 — Ex. F. M. 7.2.1 (Fig. 12). Cunhado entre 1458 e 1460.
- 5 — Ex. F. M. 8.1.4 (Fig. 13). Cunhado entre 1458 e 1460.
- 6 — Ex. F. M. 8.2.1. Cunhado entre 1458 e 1460.
- 7 — Ex. F. M. 9.2.20 (Fig. 14 e 15). Cunhado entre 1463 e 1464.

D. Manuel I

- 1 — Ex. F. M. 3.1.4 (Fig. 16). Cunhado entre 1498 e 1499.

3.3 — Moeda de 3 Reais de cobre

Este valor foi cunhado a partir do 4.º Trimestre de 1550, no reinado de D. João III. Não foi possível catalogar com maior precisão o presente exemplar, devido ao mau estado de conservação.

3.4 — Moeda de 6 vinténs de prata

O exemplar em apreço apresenta uma particularidade interessante: o reverso é incuso, situação raramente observada. Encontra-se quase reduzido a chapa, sendo no entanto possível a sua atribuição ao reinado de D. João V, presumivelmente ao seu início, atendendo ao elevado desgaste que apresenta; deste modo, poderá situar-se entre 1706 e 1717 (1.º Quarto do reinado).



Figura 10
Reverso



Figura 11
Anverso



Figura 12
Reverso



Figura 13
Anverso



Figura 14
Anverso



Figura 15
Reverso



Figura 16
Reverso

Nota: As figuras estão ampliadas.

3.5 — Moeda estrangeira (Fig. 17 e 18)

É uma moeda de 8 maravedis de Filipe IV de Espanha. Segundo CAYON & CASTAN (1983) será do tipo CC 36 deste reinado, cunhada entre 1623 e 1626. Possui um primeiro carimbo de XII, aplicado em 1641,



para valer 12 maravedis e um segundo carimbo de 8, aplicado entre 1651 e 1654, para correr de novo por 8 maravedis.

3.6 — Selo de chumbo (Fig. 19 e 20)



Trata-se de um exemplar em excepcional estado de conservação. Tem forma quase circular (diâmetro de 18 mm), com pedúnculo onde ainda se conservam restos do nastro de suspensão. Numa face apresenta a esfera armilar e na outra o escudo português com sete castelos, entre dois ornamentos, encimado por uma coroa antiga aberta.

Segundo TÁVORA (1983), o chumbo só era usado pela Casa Real e em selos pendentes; tanto este autor como SOUSA (1947) não apresentam qualquer exemplar semelhante. É provável que seja do reinado de D. Manuel I, talvez ainda como Duque, dado o formato da coroa. A possibilidade deste exemplar se relacionar com documento ou, simplesmente, constituir selo de mercadoria deve manter-se, de momento, em aberto.

4 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho assume características invulgares, por corresponder à publicação de um conjunto monetário medieval e moderno resultante de uma escavação arqueológica interessando um povoado pré-histórico. A tal invulgaridade, acresce o facto de se conhecerem perfeitamente as condições do achado, incluindo as características da construção com que se encontra relacionado e as respectivas condições estratigráficas. Com efeito, crê-se que a relação dos numismas ora publicados, com um caminho vicinal, que serviu por muitos séculos, pode sem dificuldade ser explicada através de perdas ocasionais por parte dos viandantes de e para Leceia de Baixo. Aliás, a antiguidade da ocupação do termo de Leceia, encontra-se documentada por diversas fontes históricas, algumas das quais são agora pela primeira vez publicitadas. Este trabalho permite, outrossim, avaliar a importância relativa da circulação monetária processada em uma pequena povoação dos arredores de Lisboa, a qual evidencia um máximo ao longo da segunda metade do século XV. Trata-se sem dúvida de região rica e populosa, favorecida pela abundância de água, fertilidade dos solos e proximidade do estuário do Tejo. Este período de apogeu antecedeu imediatamente a instalação, em Barcarena, das Ferrarias d'El-Rei, no reinado de D. João II, destinada à produção de armaria branca e de fogo (QUINTELA, CARDOSO & MASCARENHAS, 1999/2000), cujo primeiro documento conhecido se encontra datado de Santarém do ano de 1487, correspondendo a uma Carta de Privilégio aos Oficiais das Ferrarias de Barcarena (VITERBO, 1896). Na opção por esta localização, poderá ter pesado o facto de, pelas razões supra apontadas, ser fácil obter mão-de-obra em quantidade necessária para a produção de armamento, e, a partir do reinado de D. Manuel para o fabrico da pólvora, indústria que marcou fortemente a economia e a sociedade locais até (quase) a actualidade.

AGRADECIMENTOS

Ao Dr. Isaltino Afonso Morais, pelo apoio que tem concedido aos trabalhos de Arqueologia desenvolvidos por um de nós (J. L. C.) no povoado pré-histórico de Leceia, de forma insofismável, desde que assumiu a Presidência da Câmara Municipal de Oeiras.

Ao Dr. J. Hormigo, o primeiro signatário agradece igualmente as informações sobre os documentos do A. N. T. T. utilizados.

SUMMARY

During the excavations on the pre-historic village of *Leceia* conducted by one of the Authors (J.L.C.) since 1983 up today, a number of coins and a lead seal have been found and will constitute the object of the present Communication. It consists of a collection of *ceitis* of Kings Afonso V and Manuel I, together with one piece of each of the following kinds: a *dinheiro* of King Dinis, a copper three reals, a silver six *vinéns* of King João V, and eight maravedis of King Filipe IV of Spain, which were studied by other of the Authors (F.C.M.)

The gathering of those pieces relates to a mediaeval road crossing diagonally the excavated area, which corresponds to the settlement of the pre-historic village. The road is not paved and lays partially on the limestone layers, which locally form the geological substract, and is partly de-limited by huge blocks coming from the calcolithic fortress.

The coins gathered contribute to the knowledge of the monetary circulation in rural areas, with grounds in coins accidentally lost by people travelling between *Leceia de Baixo* and *Barcarena* along this road which at the time linked the two villages.

BIBLIOGRAFIA

- CARDOSO, J. L. (1994) — *Leceia 1983-1993. Escavações do povoado fortificado pré-histórico*. Estudos Arqueológicos de Oeiras, n.º especial. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- CARDOSO, J. L. (2000) — The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 19(1), pp. 37-55.
- CAYON, J. & CASTAN, C. (1983) — *Las monedas españolas desde los reyes visigodos año 406 a Juan Carlos I*. Madrid.
- GOMES, A. (1996) — Moedas portuguesas e do território português antes da fundação da Nacionalidade. Lisboa.
- MAGRO, F. A. Costa (1986) — *Ceitis*. Sintra.
- NEVES, C. Baeta (1982) — *História Florestal Aquícola e Cinegética*. Tomo II, doc. n.º 424. Lisboa.
- QUINTELA, A. de Carvalho; CARDOSO, J. L. & MASCARENHAS, J. M. (1999/2000) — A fábrica da pólvora de Barcarena. História e evolução tecnológica. *Arqueologia & Indústria*. Lisboa. 2/3, pp. 17-40.
- RIBEIRO, C. (1878) — *Noticia de algumas estações e monumentos prehistoricos. I — Noticia da estação humana de Licêa*. Memoria apresentada à Academia Real das Sciencias de Lisboa. Lisboa: typographia da Academia, 69 p. 21 Est. (com tradução em Francês).
- SOUSA, D. A. Caetano de (1947) — *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Tomo IV. Coimbra.

- TÁVORA, L. G. de Lancastre e (1983) — *O estudo da sigilografia medieval portuguesa*. Lisboa.
- VITERBO, F. Sousa (1896) — *O fabrico da pólvora em Portugal. Notas e documentos para a sua história*. Lisboa: Typographia Universal.